

GERENCIAMENTO DE RISCOS: PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO NO MUSEU MUNICIPAL PARQUE DA BARONESA

**FABIO BARRETO DA SILVA¹; MARCIA REGINA DOS SANTOS DUTRA²;
IZABEL TORINO HALFEN³**

¹Universidade Federal de Pelotas 1 – fabioarretu@gmail.com 1

²Universidade Federal de Pelotas – marcia.rdutra@hotmail.com 2

³Universidade Federal de Pelotas – bel.torino@hotmail.com 3

1. INTRODUÇÃO

Gerenciamento de riscos na prevenção de incêndio em museu. A preocupação com incêndio tem sido um constante problema da humanidade desde que o homem conseguiu dominar o fogo. Mesmo com todas as normas e leis de prevenção e os mais diversos sistemas de combate ao fogo, ainda hoje, o patrimônio cultural sofre perdas irreparáveis provocadas pela ação das chamas fora de controle. Ocorrências dessa natureza atingiram o mercado público de Porto Alegre em julho 2013, (ZERO HORA, 2013) e o Centro Cultural do Liceu de Artes e Ofícios no Estado de São Paulo, em fevereiro 2014 deixando além de prejuízos materiais, uma lacuna na história dessas instituições.

Na cidade de Pelotas, há instituições que guardam parte da sua história como, por exemplo, o Museu Municipal Parque da Baronesa, que conta com um acervo de diversas tipologias em madeira, têxteis, pratarias, porcelanas, etc.

O Museu Municipal Parque da Baronesa foi inaugurado em 1982, e seu nome é em homenagem a sua primeira moradora, a Baronesa dos Três Cerros, Amélia Hartley de Brito Antunes Maciel. O prédio mantém sua característica residencial, salvaguardando peças doadas pela família e outras recebidas ao longo dos anos de sua existência, as quais simbolizam o modo de vida, os hábitos e os relacionamentos do grupo social que se configurava como a elite pelotense entre o final do século XIX e o começo do século XX.

A pesquisa tem por objetivo, não só identificar os pontos vulneráveis e as fontes que possam desencadear um princípio de incêndio, como também, avaliar a política de gerenciamento de riscos da instituição quanto às dificuldades ao se deparar com um sinistro dessa natureza, o qual, além dos danos provocados pelo fogo, tem a ação destruidora da água, da fumaça e da calor.

Segundo Pedersoli, “a gestão ou gerenciamento de riscos constitui ferramenta eficaz para aprimorar a tomada de decisões dirigidas à preservação do patrimônio cultural”. (PEDERSOLI, 2013).

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada para o desenvolvimento do estudo se dá através da pesquisa bibliográfica, da visita exploratória à edificação, com o objetivo de identificar fatores que possam propiciar um princípio de incêndio ao edifício e conseqüentemente ao acervo, bem como as ações de emergência que deverão ser tomadas numa situação dessas. Neste caso específico em se tratando de um museu, além de um plano de evacuação de pessoas, deve-se ter um plano de salvamento do acervo.

Para um melhor desempenho da pesquisa a identificação dos fatores de risco foi dividida em três fases:

Primeira fase: foi realizada através da observação a segurança externa da edificação quanto ao livre acesso de pessoas ao seu entorno; favorecendo as ações de vândalos, bem como a existência do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (para-raios).

Segunda fase: exame visual da instalação elétrica do prédio tendo como ponto de partida a caixa de entrada de energia, prosseguindo até o quadro principal e o quadro de terminais, percorrendo todo o circuito elétrico até a tomada de energia que alimenta os equipamentos.

Terceira fase: análise do armazenamento e uso de materiais inflamáveis como, por exemplo, solventes, tintas, produtos químicos, gás liquefeito de petróleo (glp), etc.

Avaliar como a política de gerenciamento de riscos de incêndio, implantada pela administração do museu, contempla o plano de emergência em relação à rota de salvamento e escape de funcionários e público e também em relação ao resgate do acervo. Caso ocorra um sinistro, como deve ser a retirada do acervo, considerando as prioridades das coleções, assim como, o acondicionamento de emergência e transporte do acervo para uma guarda temporária.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o presente momento foi realizado um levantamento *in loco*, sendo possível evidenciar que o museu está vulnerável a ação de vândalos, haja vista, que se situa numa área aberta e isolada, e com vigilância insuficiente para cobrir a área de 7 hectares onde está localizada a edificação.

Outro fator a ressaltar é a ausência de proteção da estrutura física por sistema de proteção por descargas atmosféricas (para-raios)

Também foi possível constatar até o momento que o prédio não está de acordo com a LEI COMPLEMENTAR Nº 14.376, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013, que estabelece normas sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul, uma vez que a segurança contra incêndios existente no prédio se resume a alguns extintores portáteis, não há iluminação de emergência, nem sinalizações ou sensores de fumaça ou calor, entre outras exigências que a lei requer.

Sendo que a pesquisa está em andamento, ainda serão realizadas análises referentes a instalações elétricas para averiguar a existência de fios expostos, gambiarras e sobrecargas nos circuitos, como também a presença de materiais inflamáveis e suas condições de armazenamento, e o plano de gerenciamento de risco do museu.

4. CONCLUSÕES

O gerenciamento de riscos nas instituições museológicas tem levado os gestores a se preocuparem cada vez mais com a salvaguarda dos acervos. Contudo a escassez de recursos orçamentários, ou até mesmo, a falta de um planejamento adequado, podem levar as instituições a direcionar suas preocupações e recursos apenas para o gerenciamento ambiental, deixando de lado outros fatores, também importantes, como, por exemplo, a preocupação com prevenção de incêndio.

Até o presente momento, os resultados obtidos com a pesquisa apontam para a importância da elaboração de um projeto detalhado que busque efetivamente a prevenção dos riscos de incêndio e a conservação em segurança tanto do prédio do museu, como de seu acervo. Acredita-se que os resultados



contribuirão de forma significativa para uma ampliação da conscientização da conservação preventiva e para a importância da preservação da memória pelotense que é sustentada, em parte, pelo acervo do Museu Municipal Parque da Baronesa.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, André Telles; CONCEIÇÃO, André Luiz Santana. **Manual de Segurança Contra Incêndio e Pânico** Brasília DF 2006.219p.

FRONER, Yacy-Ara; SOUZA, Luiz Antônio Cruz. **Preservação de bens patrimoniais: conceitos e critérios**. Belo Horizonte: LACICOR, EBA, UFMG, 2008.

MICHALSKI, Stefan. **Preservación de las colecciones. Cómo administrar un museo: Manual práctico**. Paris: ICOM, 2006.

SILVA, G. A. **Gerenciamento de Riscos de Incêndios Ativado por Eletricidade em Sítios Históricos – Estudo de Caso em Ouro Preto MG** 2011. 88f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Geotécnica) – Universidade Federal de Ouro Preto.

INSTITUTO NACIONAL DE MUSEUS. **Entrevista com José Luiz Pedersoli sobre gestão de risco e patrimônio cultural**, 15 jul 2013. Acessado em 14 jul 2014. Online. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/entrevista-com-jose-luiz-pedersoli-sobre-gestao-de-risco-ao-patrimonio-musealizado/>

LEI COMPLEMENTAR Nº 14.376, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013. Acessado em 04 jul 2014. Online. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smam/usu_doc/0001leiincendio14376261213.pdf

MERCADO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE. **Incêndio**. Zero Hora Digital, Porto Alegre, 6 jul 2013. Acessado em 29 jul 2014. Online. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/07/incendio-de-grandes-roporcoes-atinge-o-mercado-publico-de-porto-alegre-4192446.html>